

APRESENTAÇÃO

BRUNO LUTZ

IVONNE VIZCARRA-BORDI

NASHIELI RANGEL LOERA

Este número da RURIS nasce de um intercâmbio de ideias iniciado durante o Simpósio “Diálogos sobre el Estado y el control de las poblaciones rurales de América Latina y el Caribe”, na Universidade de Viena, Áustria, em julho de 2012, no marco do 54º Congresso Internacional de Americanistas. Os trabalhos selecionados para esta publicação foram retrabalhados pelos autores com o objetivo de comporem uma edição de qualidade e com textos que, sob diferentes perspectivas, e desde distintos contextos nacionais, tratem das relações entre o Estado e as populações rurais na América Latina.

A discussão das relações entre Estado, campesinato e populações indígenas tem inúmeras entradas, no entanto, o que nos interessa aqui é apresentar diversos debates teóricos e metodológicos que abordam políticas e programas públicos direcionados à população do campo, seus conteúdos, e as mecânicas institucional e humana que os operam. Destarte, procura-se estabelecer um diálogo acadêmico cujo propósito é mostrar a dimensão e a importância que tem o Estado na construção e na legitimação de determinadas categorias sociais que carregam assimetrias de classe, gênero, raça e etnia, seja através da perpetuação de determinados estereótipos sociais e culturais, seja pelas estratégias de controle social que contêm “armadilhas” que propiciam desigualdades sociais. A apresentação e a análise de políticas e programas direcionados a diferentes grupos relacionados com o universo rural, como trabalhadores assalariados, migrantes, sem-terra, e na maioria dos países latino-americanos, à população indígena, nos permitem

compreender o tratamento institucional dado a esses grupos, suas implicações, condições e consequências.

Por outro lado, para entender a realidade rural sob essa problemática, é preciso também analisar e compreender as respostas dos sujeitos a essas políticas, levando em consideração as reações, os comportamentos individuais e coletivos dessas populações, e se são definidas por certas estratégias, acionadas em determinados contextos. Em outras palavras, de um setor a outro, de uma região a outra, de um país a outro, podemos identificar elementos comuns que nos permitam dialogar sobre a participação das populações camponesas e indígenas nos programas e projetos governamentais. No entanto, a intervenção dos Estados-nação em relação a essas populações é desigual e cambiante e inclui invariavelmente uma gama de formas de aceitação e resistência por parte do/as beneficiário/as dos programas nos diversos países do subcontinente. Assim, neste número, analisam-se formas contemporâneas de controle por parte de alguns Estados latino-americanos e as relações assimétricas produzidas em relação às populações camponesas e indígenas.

Como é bem sabido, atualmente, em decorrência dos intensos processos migratórios, do intenso crescimento das cidades e do surgimento de novas modalidades de inserção econômica e social, dentre outros fatores, em muitos países latino-americanos, a população que vive em e do campo tem se reduzido notavelmente. Mas essa situação demográfica não necessariamente limita as pretensões estatais de mudar a forma de vida da população rural. Dependente de uma base ideológica dominante, o Estado moderno, e recentemente neoliberal, através de instrumentos institucionais calcula e mede as populações e indivíduos com o propósito de classificá-los e hierarquizá-los impondo sistemas que regem ou devem reger suas vidas. Dessa maneira, o discurso do Estado tem essa virtude exclusiva de fazer existir as categorias que ele mesmo (re)inventa, constitui e legitima em uma complexa estrutura de relações, interesses conjunturais e compromissos, estes últimos,

inclusive, com organismos internacionais. Em boa parte, isso explica como categorias institucionais vão sendo reproduzidas nas políticas, nos programas e nos projetos governamentais ao longo do subcontinente.

É um fato que tanto políticas de distribuição fundiária como os programas de desenvolvimento rural e de atenção às populações rurais e indígenas orientam as práticas dessas populações para receber “dons” do Estado – transferências de recursos e serviços –, que, geralmente, são condicionados a uma mudança efetiva dos/as beneficiários/as. Essa mudança é “medida” para saber da sua efetividade em relação à sociedade ou às instâncias regulatórias. O princípio genérico de corresponsabilidade, que faz do sujeito de desenvolvimento o ator econômico do seu próprio destino, mostra como na narrativa oficial do Estado por exemplo, o “ser pobre” tem se tornado uma maneira de participar da dinâmica do progresso da sociedade, seja como mercadoria, cliente ou ainda como cidadão.

Assim, os programas e apoios governamentais constituem formas de condicionamento do atuar coletivo dos sujeitos. O jogo teleológico de gratificação do valor de uso a essas contraprestações é certamente um elemento chave para entender o desejo constante dos Estados-nação de intervir na vida dos cidadãos, nesse caso, da população rural.

É necessário enfatizar a respeito do uso de recursos externos, por parte dos países latino-americanos para levar a cabo políticas ou programas que se encaixam no paradigma neoliberal, e cuja tendência é “converter” a população “pobre”, ou desfavorecida, em agentes econômicos, sadios, disciplinados e “livres” para explorar suas capacidades.

Dessa maneira, sob esse olhar, neste número da RURIS apresentamos oito trabalhos que exploram diferentes perspectivas teórico-metodológicas, e a partir de diferentes países de América Latina, mecanismos institucionais de “enquadramento” da população rural e indígena; e analisam

a construção permanente de categorias institucionais mostrando o jogo dinâmico das distinções funcionais entre os cidadãos e as cidadãs segundo sua categoria institucional.

Assim, abrimos esta edição com o artigo de Jorge Arzate, “Políticas compensatorias de lucha contra la pobreza y control social en América Latina. Tres casos emblemáticos: Chile, Brasil y México”. O autor, através de uma abrangente visão comparativa, analisa os princípios normativos de três programas nacionais no Chile, Brasil e México direcionados a populações marginais, e a tecnologia administrativa utilizada para sua implementação. Mostra a presença de elementos ideológicos comuns e localiza o que ele chama de um paradigma neo-estrutural-funcionalista. A intervenção do Estado, nesses países, procura uma estratégia holística para transformar a vida dos cidadãos “pobres” ou de baixos recursos aumentando a dependência da população beneficiária nos programas, criando necessidades e, assim, melhorando indicadores de pobreza. Ainda que essa biopolítica de transferência de recursos varie de um país a outro, os resultados dependem também da vontade dos governantes e da situação macroeconômica do país. Como exemplo, temos os resultados esperançosos de programas como Fome Zero, no Brasil, e FOSIS, no Chile, que contrastam com os efeitos decepcionantes do programa Oportunidades, no México.

No segundo texto deste volume, Eric Sabourin retoma alguns pressupostos básicos da teoria da reciprocidade para analisar políticas públicas no Brasil direcionadas às populações rurais. Nessa chave teórica, propõe uma crítica a uma leitura das relações sociais/econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil, e retomando o conceito de “figuração” de Norbert Elias, o autor trata as políticas públicas como parte de dinâmicas de interação e arenas de interdependência mútua entre representantes da sociedade civil, agricultores familiares e representantes dos governos federal, estaduais e municipais.

Por outro lado, Sabourin demonstra que, no Brasil, a organização setorial dualista dos ministérios (MDA e MAPA)

que têm como público alvo as populações rurais: agricultores familiares e patronais respectivamente, assim como a especialização das secretarias em função do público-alvo, têm propiciado uma separação também das políticas agrícolas, que afinal acabam privilegiando um determinado setor do campo, de acordo com sua capacidade de reivindicação. Essa ‘configuração’ tem acarretado superposições de medidas e políticas públicas divergentes, inclusive em uma mesma região.

O autor enfatiza, então, a importância de se ter análises e debates que permitam tratar da natureza das organizações, da delegação do poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e, mais especificamente, dos valores que orientam ou fundam os projetos de desenvolvimento econômico e social.

Bruno Lutz, no seu artigo “Civilizar al campesino pobre: biopolíticas alimentarias en México”, examina como se formam as estratégias institucionais para “neocolonizar” os hábitos alimentares (autóctones) dos povos indígenas e camponeses, focando nas duas últimas décadas, uma vez que nesse período se intensifica a conjunção de interesses entre a indústria dos alimentos e o Estado mexicano. A estandardização de padrões de consumo ocidentais é analisada através da biopolítica, colocando a ênfase na normatização da saúde, da higiene e da comida de indígenas e camponeses. O autor aponta para a construção arbitrária de referências nutricionais, institucionais e científicas, que legitimam os programas governamentais contemporâneos de segurança alimentar e combate à pobreza. Programas que modificam a dieta das populações e controlam o tempo que as pessoas (geralmente as mulheres) dedicam ao ato alimentar, com o objetivo de “corrigir” os “maus” modos, hábitos ou costumes que têm produzido desnutrição, sobrepeso e obesidade. Em nome da “civilização” e da “boa educação” para a melhoria do estado de saúde das populações vulneráveis (indígenas e camponesas) as indústrias alimentares também entram no jogo da intervenção do

Estado, assegurando a dependência de alimentos dos mercados. Assim, Lutz mostra mecanismos do Estado para o controle dos corpos e das mentes dos povos historicamente dominados e desfavorecidos.

Ivonne Vizcarra-Bordi e Fernando Farfán-González no texto “El programa Vete sano, regresa sano. Lecciones de una etnografía institucional en el estado de México”, tal como Lutz, retomam a biopolítica para focar nos mecanismos de controle social desenhados pelo Estado mexicano para regular os comportamentos da população rural, mas nesse caso, a população alvo, são os migrantes mexicanos “indocumentados” de origem rural que se deslocam aos Estados Unidos. Os autores esquadrinham o programa “Vete sano, regresa sano”, examinam os discursos e práticas vinculadas ao programa no estado do México e identificam não somente a distância existente entre o que se diz e o que se faz, ou em outras palavras, entre o desenho e a real execução das políticas, mas também os vínculos que são estabelecidos entre os promotores governamentais do programa e os beneficiários dele. Fica claro na “etnografia institucional” realizada pelos pesquisadores que esse tipo de programa, longe de ser pensado e criado para a melhoria das condições de vida da população migrante, surge no contexto de um jogo de poder entre governos e outros atores estratégicos como a OMS, empresas farmacêuticas, médicos, etc. que se tornam atores chave na definição de políticas e programas de saúde estabelecendo uma estreita relação entre saúde e mercado, ou melhor, um mercado da saúde.

No seu estudo sobre as boas práticas agrícolas na produção hortícola argentina, Cynthia Pizarro mostra que os alinhamentos da FAO em relação a qualidade e inocuidade dos produtos impõem determinadas maneiras de cultivar e pensar. Tanto as “boas práticas agrícolas”, como a tecnologia de biopoder buscam homogeneizar formas de produção, obrigando agricultores que estão em condições econômicas desfavoráveis a adotar

rígidos procedimentos de controle da produção. Com o apoio de normas e instituições públicas, o risco fitossanitário se torna um instrumento de regulação das trocas de produtos agrícolas e, em nome dos clientes-consumidores dos países industrializados, se torna também uma imposição unilateral de regras. Por outro lado, os tomadores de decisão argentinos orientam as políticas públicas nacionais através de mudanças legislativas e administrativas com o objetivo de acabar com os maus hábitos dos agricultores pauperizados. Agricultores que são estigmatizados nos discursos oficiais por serem “incivilizados” e “indisciplinados”, reproduzindo assim estereótipos classistas.

Os pesquisadores Alberto Riella e Paola Mascheroni apresentam um trabalho sobre as implicações da negociação coletiva dos assalariados rurais em Uruguai. Os autores mencionam que essa categoria de trabalhadores tem sido historicamente menosprezada e mantida em situação de desvantagem em relação à classe operária da cidade. Sob o pretexto das “especificidades” do setor rural, até inícios do século XXI não existia limitação da jornada laboral dos assalariados rurais, que também não tinham garantia de livre associação sindical. O crescimento do PIB do setor rural, durante a década de 2000, e a presença de um governo de esquerda em 2005 são dois dos elementos que explicam a ampliação dos direitos dos trabalhadores do campo através de uma profunda relação de força entre o setor patronal e o setor laboral. Nesse sentido, o papel dos Consejos de Salarios rurales tem sido fundamental nesse processo de “cidadanização” formal dos assalariados do campo. E finalmente, embora exista ainda uma diferença significativa entre o que diz a lei e a realidade cotidiana dos trabalhadores rurais, os autores ressaltam que o reconhecimento dos direitos laborais dessa categoria tem permitido certa melhoria no que diz respeito à sua qualidade de vida.

“La reforma agraria y la reconstrucción estatal de Bolivia” são estudadas a profundidade por Nam Kwon Mun. O autor

analisa como, a partir do triunfo do Movimento ao Socialismo, o “plurinacionalíssimo” se torna a bandeira política e econômica da reconfiguração do país. A partir desse momento, surge uma série de perguntas e questionamentos sobre o devir agrário dos povos indígenas, principalmente porque a reforma agrária nesse país tem sido a agenda pendente na luta histórica entre classes, etnias e regiões. Com base na economia política analisam-se três conceitos que atravessam a reforma agrária proposta pelo Estado, no contexto da construção plurinacional boliviana com tons pós-neoliberais: o redirecionamento comunitário de origem que tem como proposta base sanear e titular prioritariamente a terra em propriedade coletiva; a autonomia indígena originária camponesa que tenta formar parte das autonomias administrativas e regionais como parte de um sistema integral diferente à descentralização e; a territorialidade originária camponesa ameaçada por interesses transnacionais que disputam recursos estratégicos tais como água, gás e minerais. Uma das conclusões do autor é que as leis que surgem desse processo reformador são os principais obstáculos para conseguir autonomia, além de que somente terras marginais e ancestrais originárias têm sido reconhecidas sem mudanças significativas para todas as populações indígenas.

O artigo de Francisca de la Maza, “Construir el Estado en el espacio rural e indígena [bajo] un análisis desde la etnografía del estado en Araucanía, Chile”, de cunho etnográfico, analisa três programas governamentais de desenvolvimento rural. O programa de Desarrollo rural apoia pequenos agricultores em situação de vulnerabilidade; o Programa de Desarrollo local é criado para assistir a comunidades rurais pobres. Ambos são desenvolvidos a nível municipal; e o terceiro programa estudado, Programa de Desarrollo Territorial Indígena, é direcionado especificamente para a população mapuche e é de âmbito nacional. A etnografia do Estado nos permite observar as transformações cotidianas da vida rural, vistas a partir das práticas do Estado e suas rotinas de poder que se produzem através de

interações cotidianas entre “funcionários estatais” e “usuários”, conformando assim o espaço rural e indígena mapuche. Nesse processo, surgem diversas contradições do próprio conceito de desenvolvimento rural, uma vez que a valorização do local e do territorial indígena é confrontado com um contexto que exige a mercantilização e o empreendimento. Resumindo: o artigo reflete diversas problemáticas que confluem entre os diferentes programas e as relações entre funcionários e beneficiários, que acabam reforçando processos de dominação subjetiva e poderes que governam o espaço rural e indígena.

Finalmente, fechamos este número com uma resenha de autoria de Humberto Thomé Ortiz sobre o livro de Silvia Rodríguez Cervantes, "El despojo de la riqueza biológica: de patrimonio de la humanidad a recurso bajo la soberanía del Estado". O livro dialoga com a problemática deste dossiê, o da relação entre o Estado e o controle que este exerce sobre as populações rurais e indígenas na América Latina. Como menciona o resenhista, o livro reconstrói o processo através do qual a riqueza biológica dos territórios, como patrimônio humano, passa a se transformar em mercadoria global por intermédio do Estado. A autora, focando no caso de Costa Rica, analisa o papel dos acordos internacionais na imposição de políticas de comércio internacional da diversidade biológica, sendo a classificação de espécies e a recollecção de ADN, a chamada biotecnologia, uma nova arma política para se apropriar não somente da riqueza biológica, mas também dos saberes que as populações camponesas têm sobre seus territórios.

